

**PROCESSO Nº:** 747/2021-TC (Segunda Câmara)

**ASSUNTO:** Comunicação de irregularidades

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Arês/RN

**ADVOGADO HABILITADO:** Carlos Alaminos, Procurador Geral, OAB/RN 631-A

**RELATOR:** Antonio Ed Souza Santana

### **DESPACHO**

NATAL/RN, 19/07/2021

1. Trata-se de Representação apresentada, em 08/03/2021, por Pessoa Jurídica potencial licitante, em face de pretensas irregularidades eventualmente existentes no Edital da Tomada de Preço n.º 001/2021 (Processo n.º 130114/2021), conduzida pela Prefeitura Municipal de Arês/RN, cujo objeto consiste na contratação de pessoa jurídica para a execução dos serviços de assessoria técnica contábil junto ao município, a qual foi autuada com o tipo “Documento”, espécie “Comunicação de irregularidades”, nos moldes do art. 3.º<sup>1</sup> da Resolução n. 016/2020-TCE.

2. Considerando os indícios das potenciais irregularidades no âmbito da Tomada de Preço n.º 001/2021, recebi o presente Documento como Representação, com fulcro no § 1º, art. 113 da Lei 8666/93, e, ato contínuo, determinei o encaminhamento dos autos à Diretoria de Atos e Execuções - DAE para expedição de notificação para a Prefeitura Municipal de Ares/RN, assim como para o Presidente da Comissão de Licitação da Tomada de Preço n.º 001/2021, a fim de que se manifestassem, em sede de oitiva prévia, no prazo de 72 horas, com fulcro no art. 120, §1º, da LOTCE (evento 03).

3. Regularmente notificados (eventos 10, 11, e 23), o Município de Arêz/RN, representado por seu Prefeito, Sr. Bergson Iduino de Oliveira, por seu Procurador Geral, apresentou, documento protocolado eletronicamente sob o número 001102/2021, apensado aos autos (evento 17). Já, a Presidente da Comissão de Licitação, Sr.<sup>a</sup> Asnóbia Pires Correia Silva, apresentou documento protocolado eletronicamente sob o número 001348/2021, apensado aos autos (evento 28), ambos

---

<sup>1</sup> Art. 3º. Os documentos encaminhados ao Tribunal que noticiem a ocorrência de irregularidades ou ilegalidades devem ser autuados, por ocasião de seu protocolo, com o tipo “Documento”, espécie “Comunicação de irregularidades”, e atribuição de caráter sigiloso.

Gabinete do Conselheiro-Substituto Antonio Ed Souza Santana  
oferecidos tempestivamente, conforme Certidões da Diretoria de Atos e Execuções -  
DAE (eventos 36 e 37).

4. Após Instrução Preliminar Sumária, o Corpo Técnico da DAM pronunciou-se por meio de Informação Preliminar (evento 43), entendendo que a representação estaria preenchendo todos os requisitos de admissibilidade. Ao final, sugeriu a admissibilidade da representação tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 464/2012; A concessão de medida cautelar com fundamento no art. 121, inciso II, da Lei Complementar nº 464/2012; A inclusão no Plano de Fiscalização Anual vigente dentro da ação “Acompanhamento da regularidade da despesa pública dos municípios” (ID 42/2021).

5. Diante do exposto, determino o encaminhamento dos autos ao Ministério Público de Contas, para pronunciamento.

**ANTONIO ED SOUZA SANTANA**  
Conselheiro-Substituto